

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



O que pesou contra Glauber foi o orçamento

R\$ 50 bilhões de razões contra Glauber

De forma discreta, na esvaziada semana de feriados emendados, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), demarcou de forma clara sua diferença de estilo com relação a seu antecessor, Arthur Lira (PP-AL). Pelo que se viu, o presidente da Câmara criador de casos e conflitos foi substituído pelo negociador. Motta costurou acordos importantes

para solucionar tanto o projeto de anistia aos presos do 8 de janeiro como o processo de cassação de Glauber Braga (Psol-RJ). A solução para a anistia só se verá na semana que vem. Quanto a Glauber, porém, o acordo já o tirou da greve de fome que já durava mais de uma semana. E deve caminhar para uma alternativa de punição mais branda que a cassação.

Canto de cisne

A aprovação do pedido de cassação de Glauber no Conselho de Ética foi, assim, uma espécie de canto de cisne de Arthur Lira. Uma despedida com todos os requintes de maldade, para mostrar quem é que manda e com quem não se deve mexer. Com R\$ 50 bi de razões.

Orçamento

R\$ 50 bilhões é o valor total de emendas previsto no orçamento. No qual se incluí o tal orçamento secreto, do qual Arthur Lira era o dono da chave do cofre. Glauber não tem dúvidas de que foram os seus ataques a Lira por isso que motivaram o pedido de cassação.



Glauber reputa a Lira a mão pesada

Acerto poderá calar Glauber, mas caso já é de polícia

A negociação feita por Hugo Motta deve evitar a cassação de Glauber, mas não o livra de uma punição. Motta deu ao deputado do Psol um tempo amplo para se defender – 60 dias. Mas o que se avalia é que, ao final, haverá uma suspensão do seu mandato por seis meses. É tempo mais do que suficiente para que se ex-

cute o orçamento deste ano. Sem novos ataques e discursos de Glauber no plenário. De certa forma, assim, o acordo talvez cale um pouco Glauber. Mas quem porventura cometeu algum tipo de irregularidade com orçamento talvez tenha motivos concretos para se preocupar. Orçamento já virou caso de polícia.

Réus

Na terça-feira (15), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin rejeitou recurso movido pelos deputados que se tornaram réus por desvio de recursos orçamentários. São eles Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e Bosco Costa (PL-SE).

Investigações

Outras investigações estão em curso na Polícia Federal. E foram elas, inclusive, que fizeram com o que ministro do STF Flávio Dino obtivesse sucesso no acordo para tornar o orçamento mais rastreável e transparente. Dino detalhou aos parlamentares o que era investigado.

Demissão

Na semana passada, o agora ex-ministro das Comunicações Juscelino Filho pediu demissão ao ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República também por desvio de recursos orçamentários como deputado federal, antes de ocupar o cargo no Ministério de Lula.

“Prevaricar”

E completou, avisando que parar as investigações seria “prevaricar”, o que ele não faria. No fundo, os aliados de Glauber avaliam que, a essa altura, boa parte do seu objetivo ao denunciar já estaria sendo alcançado. Ainda que se cale agora, talvez já não há muito mais a dizer.

Após acordo, Glauber encerra greve de fome

Defesa entrará com recurso na CCJ, que terá mais tempo

Por Gabriela Gallo

Após nove dias de greve de fome, o equivalente a mais de 200 horas, o deputado federal Glauber Braga (Psol-RJ) anunciou nesta quinta-feira (17) que encerrará o jejum. Segundo a assessoria do parlamentar, ele saiu da Câmara e foi direto para um hospital por recomendação médica, para conferência da situação de saúde.

O anúncio foi comunicado após o parlamentar chegar a um acordo com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). Em suas redes sociais, Motta anunciou que os entendimentos envolveram o líder da bancada do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), e a deputada Sâmia Bonfim (Psol-SP), esposa de Glauber Braga, para decretar o fim da greve.

Em entrevista coletiva à imprensa ainda nesta quinta, Glauber Braga reiterou que a suspensão da greve de fome vem “depois de um compromisso que foi assumido pelo presidente da Câmara”. O acordo fechado com Motta suspende por dois meses (60 dias) a votação em plenário da denúncia que pode levar à perda de mandato do parlamentar.

“Garanto que, após a deliberação da CCJ [Comissão de Constituição e Justiça], qualquer que seja ela, não submeteremos o caso do deputado ao Plenário da Câmara antes de 60 dias para que ele possa exercer a defesa do seu mandato parlamentar. Após este período, as deputadas e os deputados poderão soberanamente



Acordo dá a Glauber 60 dias para se defender

decidir sobre o processo”, esclareceu Hugo Motta em suas redes sociais.

Entenda

Tudo começou após o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara aprovar, por 13 votos favoráveis e cinco contrários, o parecer que determina a cassação do mandato de Glauber Braga. O caso seguiu para apreciação no plenário da Casa, quando o parlamentar anunciou que começaria uma greve de fome e que não deixaria as dependências do Congresso Nacional. De acordo com a assessoria do parlamentar, ele passou os oito dias à base de água, isotônico e soro.

Glauber foi ao Conselho de Ética acusado de quebra de decoro parlamentar por expulsar

a chutes da Câmara o militante do Movimento Brasil Livre (MBL) Gabriel Costenaro, em abril de 2024 – ato que foi filmado e divulgado na época. O partido Novo entrou com um recurso contra o parlamentar no Conselho de Ética, que foi acatado. Na ocasião, o representante do MBL teria falado mal da mãe de Glauber, Saudade Braga, que estava internada devido a problemas de saúde em decorrência de Alzheimer. Ela morreu dias depois do caso por insuficiência respiratória.

“Perseguição”

Após ser condenado, o parlamentar alegou estar sofrendo perseguição política por ser adversário do ex-presidente da Casa Arthur Lira (PP-AL) – que era presidente

da Casa no episódio com o representante do MBL.

Isso porque Glauber foi responsável por diversas denúncias acerca de supostas irregularidades na destinação de emendas parlamentares por meio do chamado orçamento secreto.

“Eu estou suspendendo a greve de fome, mas nós não estamos suspendendo a luta contra o orçamento secreto. Nós não estamos suspendendo a luta pela responsabilização dos assassinos de Marielle, pela responsabilização dos golpistas de plantão”, disse Glauber.

“A suspensão da greve de fome vem a partir de uma mensagem que demonstrou através de toda essa solidariedade um recuo contra a perseguição que aqui se estava operando”.

Semana com foco no PL da Anistia e CPI das Bets

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Líderes definirão destino do PL da Anistia

Após uma semana parada devido ao feriado da Semana Santa, o Congresso Nacional retorna com expectativas acerca da reunião de líderes da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (24) para discutir o requerimento de urgência para votar projeto que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 (Requerimento 1410/2025). Nesta quinta-feira (17), o líder da bancada do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), reiterou que “o texto final da Anistia será decidido soberanamente pelos plenários da Câmara e do Senado”.

“Circula na imprensa a ideia de que a “última palavra” será do presidente Bolsonaro. Essa informação não procede. O presidente Bolsonaro tem, sim, dialogado com o Partido Liberal e demais parlamentares, ouvindo sugestões, propondo melhorias e apresentando contribuições para o relator – com o objetivo de fortalecer o texto e ampliar os apoios. Mas, como determina a Constituição: a última palavra sempre será do Parlamento”, manifestou Sóstenes por meio de suas redes sociais, referindo-se ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

O Partido Liberal articula a urgência do PL da Anistia – ou seja, levar o projeto direto para o plenário da Casa, sem a necessidade de o texto ser avaliado pelas comissões da Câmara – depois que a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tornou o ex-pre-

sidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete indiciados réus pelos crimes de tentativa de golpe de Estado. O requerimento de urgência da anistia conta oficialmente com 262 assinaturas, cinco a mais do que o necessário para protocolar a medida na Câmara (257 assinaturas). A decisão de pautar ou não o projeto no plenário da Casa caberá aos líderes da Câmara, após Motta terceirizar a decisão para não ter problemas com o poder Judiciário e com o governo.

CPI das Bets

Nesta terça-feira (22), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no setor de apostas on-line, conhecidas como Bets, Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tornou o ex-pre-

Campos, a partir das 11h. O delegado foi o responsável por comandar a operação “Game Over”, que desvendou um esquema de promoção de jogos de azar clandestinos envolvendo influenciadores digitais.

O depoimento foi solicitado pelo presidente da CPI, senador Dr Hiran (PP-RR), o qual alega que a operação Game Over revelou o uso de “contas demonstração” para simular apostas reais, atraindo seguidores para plataformas de jogos ilegais, responsável por danos psicológicos e financeiros às pessoas envolvidas. “A operação deslindou como influenciadores atuavam para alavancar a captação de novos apostadores de forma irregular, configurando

um caso relevante para as apurações desta CPI”, completou o senador Hiran.

O prazo para encerrar as atividades da CPI das Bets termina no dia 30 de abril. Porém, membros que compõem a CPI defendem a prorrogação dos trabalhos. A relatora da CPI das Bets, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), adiantou que seu relatório final contará com propostas legislativas para enfrentar a ludopatia, que é o vício em jogos de azar. Dentre as medidas que devem ser sugeridas no relatório final, estão limite de acesso às plataformas de apostas online, trava de gastos em cartões de crédito, restrições à propaganda e uso de tecnologias para tornar mais criterioso o cadastro de apostadores.

A proposta é conter o endividamento da população pelas apostas e prevenir o vício em jogos, inclusive para adolescentes.

Na mesma linha, a Comissão de Esporte do Senado realizará uma audiência pública, nesta quinta-feira (23) às 9h30, para discutir o projeto de lei (PL) nº 2.985/2023 que proíbe a propaganda de serviços de apostas de quota fixa, as bets, e o PL 3.405/2023, que proíbe atletas e celebridades de fazerem propaganda de plataformas de apostas esportivas.

Na avaliação do senador Styvenson Valentim (PSDB-RN), autor do projeto, o poder Legislativo precisa atuar para estabelecer os limites da atividade proposta pelas casas de apostas.